


Sua sessão expira em: 29 Minutos 37 Segundos

Página Inicial | Ações de 1º Grau | Ações do 2º Grau | Intimações | Audiências | Sessões 2º Grau | Buscas para Peticionar | Estatísticas | Outros | [Sair do Sistema](#)

DADOS DO PROCESSO

 **Sucesso:**

- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:17728744 - 8 de Outubro de 2019 às 17:17:31

Processo nº 0010758-96.2019.818.0001 (265 dias em tramitação)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juízo:	JECQ de Teresina Zona Norte 1 - UESPI - Pirajá(Teresina) Juiz: CELSO BARROS COELHO FILHO		
Assunto:	DIREITO CIVIL		
Complementares:			
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Segredo de Justiça	NAO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO		
Situação:		Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Valor da Causa:	R\$ 11.050,00	Data de Distribuição	16 de Janeiro de 2019 às 11:25:30
Cartório Extrajudicial:		Ultimo Evento	Juntada de Petição de Recurso Inominado
Petições P/ Analisar:		Prioridade	
		1 juPrazos Para certificar em Vara	0 intimações 0 cumprimentos do cartório

INEXISTENTE

Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados
 ☐ Secretaria
 ☐ Advogados
 ☐ Ministério Público
 ☐ Cartórios Extrajudiciais
 ☐ Turma Recursal
 ☐ Outros

Navegar pelo Processo

<input type="checkbox"/> Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
<input type="checkbox"/> 21	Juntada de Petição de Recurso Inominado	08/10/2019 17:17	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
Arquivos:	RECURSO INOMINADO RECURSO INOMINADO	Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO	Data inclusão: 08/10/2019 17:17 Data inclusão: 08/10/2019 17:17	2564191_RECURSO_INOMINADO_01.pdf Anexo_01.pdf	
<input type="checkbox"/> 20	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 02/10/19 *Referente ao evento Julgada procedente em parte a ação(24/09/19)	02/10/2019 11:25	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 19	Intimação lido(a) (Por CAIQUE PINHEIRO DE MOURA) em 24/09/19 *Referente ao evento Julgada procedente em parte a ação(24/09/19)	24/09/2019 09:47	Advogado	CAIQUE PINHEIRO DE MOURA	
<input type="checkbox"/> 18	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	24/09/2019 09:22	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 17	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS)	24/09/2019 09:22	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 16	Julgada procedente em parte a ação	24/09/2019 09:22	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 15	Conclusos para Sentença	26/03/2019 10:09	Juiz Leigo	MACELA NUNES LEAL	
<input type="checkbox"/> 14	Audiência Instrução e Julgamento Realizada Sem conciliação	26/03/2019 10:09	Juiz Leigo	MACELA NUNES LEAL	
<input type="checkbox"/> 13	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	18/02/2019 08:04	Conciliador	IGOR DE MELO CUNHA	
<input type="checkbox"/> 12	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS)	18/02/2019 08:04	Conciliador	IGOR DE MELO CUNHA	
<input type="checkbox"/> 11	Audiência Instrução e Julgamento Designada (Agendada para 26 de Março de 2019 às 10:00)	18/02/2019 08:04	Conciliador	IGOR DE MELO CUNHA	
<input type="checkbox"/> 10	Audiência Conciliação Realizada Sem conciliação	18/02/2019 08:04	Conciliador	IGOR DE MELO CUNHA	
<input type="checkbox"/> 9	HABILITAÇÃO ADMITIDA - HERISON HELDER PORTELA PINTO 5367 N/PI (Advogado Habilitado) Promovida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	13/02/2019 10:04	Técnico Judiciário	MATHEUS OLIVEIRA SOUSA	



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI

PROCESSO N. 00107589620198180001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Turma recursal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 1 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, não obstante apresentar invalidez parcial incompleta.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso nominado, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DA DIVERGÊNCIA ENTRE LAUDOS

(NECESSIDADE DE ACOLHIMENTO DO LAUDO ELABORADO PELO INSS – MAIS RECENTE)

Inicialmente, a recorrente informa que para realização de qualquer pagamento indenizatório, concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas precisam ser submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

No presente caso, antes mesmo de distribuído à vara competente, **a recorrente já havia realizado 2 (duas) perícias** a fim de que se apurasse a existência de lesões invalidez e sua repercussão.

Cumpra registrar, que os respectivos laudos foram produzidos sem que já estivesse formada a relação processual.

Verifica - se que a recorrida se submeteu a 2 (duas perícias), vejamos:

- 1ª perícia realizada no dia 08/04/2016 pelo IML
- 2ª perícia realizada no dia 26/09/2017 pelo INSS

Ocorre que, há clara divergência em relação as conclusões das perícias, sendo certo que o último laudo pericial produzido (INSS) por ser mais recente, é o que melhor retrata o estado de saúde, físico da vítima atualmente.

Cumpra ressaltar que o Laudo Pericial realizado pelo INSS é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL).**

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.

Vejamos conclusão da perícia:

c) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?

TEMPORARIA TOTAL

Não é crível que se tenha acolhido um laudo mais prejudicial à recorrente, sem qualquer fundamento plausível para isto, somente fundada no fato de um já existente.

Uma vez produzido o laudo, cumpridos os mandamentos legais, cabe seu acolhimento, até porque uma vez que foi elaborado por último é dele a função de melhor transmitir a realidade atual.

Pelo exposto, requer a recorrente seja afastada a conclusão pericial acolhida pelo juízo, para que, seja acolhida a conclusão pericial do laudo mais recente (INSS).

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, a reforma da sentença julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

DO JULGAMENTO CONTRÁRIO AS PROVAS CARREADAS NOS AUTOS

LAUDO DO IML DOS AUTOS INFORMA

- AUSÊNCIA DE INVALIDEZ EM GRAU TOTAL – PERDA DE 70% DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO (PARCIAL)

Caso não seja o entendimento de V. Exas. em acolher a conclusão pericial do laudo do INSS exposto acima impõe-se o reconhecimento do *error in iudiciando e in procedendo* da sentença exarada nos autos, eis que o juízo *a quo* não respeitou os ditames legais, ferindo diretamente a lei nº. 6.194/74 em seu art. 5º, § 5º, uma vez que desconsiderou o laudo do IML que relata se tratar a invalidez da recorrida em **GRAU PARCIAL** e não total.

Então, visto que o laudo pericial é taxativo ao discorrer que o recorrido faz jus a receber a importância equivalente a 70% de perda do membro superior direito, não poderia o julgador da causa desconsiderar tal prova, eis que fundamental ao deslinde justo da lide.

Consignando, assim, que uma vez não respeitado a legislação em apreço, conforme supracitado impõe-se a reforma do julgado para que haja adequação ao ordenamento jurídico e aplicado o quantum indenizatório de acordo com o valor a merecer pelo recorrido, isto de acordo com o grau da sua invalidez apurado por perícia, indicado pelo próprio juízo singular, ressaltando não ter ocorrido oposição pelas partes ao resultado da perícia, eis que inexistente qualquer recurso nesse sentido.

Foi confeccionado laudo pelo IML, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova.

Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma. Vejamos conclusão do laudo:

permanente de membro, sentido ou função? Resp.: SIM PARA INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS E PARA DEBILIDADE FUNCIONAL DE 70% DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função em grau de incapacidade permanente para o trabalho.

Frise-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos¹.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00

Repercussão	Valor da Indenização
70%	R\$ 6.615,00

Assim, não havendo nos autos qualquer outro documento que comprove ou difere da conclusão do laudo pericial, não poderia a sentença ir contra a principal prova contida nos autos e por conta própria condenar a recorrente ao pagamento de **100% do valor da indenização para o membro superior direito**, uma vez que o acidente noticiado e as lesões decorrentes do sinistro são parciais e não total em grau máximo; assim o numerário contido na sentença ordinária não condiz com delito de trânsito apresentado na lide.

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

²**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Sendo assim, merece pronta reforma a r. Sentença, vez que o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de R\$ 6.615,00 (SEIS MIL E SEISCENTOS E QUINZE REAIS).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 1 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 00107589620198180001.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí
Fundo de Reparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA NORTE 1 - SEDE
(UESPI/PIRAJÁ)

Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Número do Processo: 00107589620198180001

Juizado Especial
RECURSO INOMINADO - JECC

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
03.11	Causas do Juizado Especial Cível	1	0	565,56
25.11	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	0	849,04
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	110,50
TOTAL				1.525,10

Cedente	Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ	3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001306157-7

Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
AF8 1C4 1304905		10.540.909/0001-96	31/10/2019	1.525,10

(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
				1.525,10

Sacado
ANA LUCIA B G CAMPOS X LIDER PROC 00107589620198180001 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-0

00190.00009 03088.125004 01306.157171 1 80590000152510

Local de pagamento	Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento.	31/10/2019

Cedente	Agência/Código cedente
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)	3791 / 9665-2

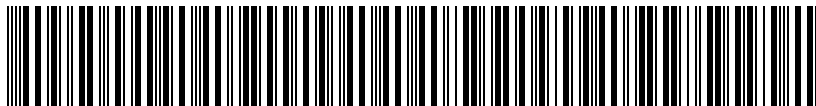
Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Acceite	Data process.	Nosso número
01/10/2019	AF8 1C4 1304905	DM	N	01/10/2019	30881250001306157-7

Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	1.525,10	1.525,10

Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)	(-) Desconto / Abatimento
TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA NORTE 1 - SEDE (UESPI/PIRAJÁ)	(-) Outras deduções
Emitida por Usuário da Justiça	(+) Mora / Multa
Número do Processo: 00107589620198180001	(+) Outros Acréscimos
Valor da Ação: R\$ 11.050,00	(=) Valor cobrado
, Juizado Especial . 03.11 (R\$ 565,56) , 25.11 (R\$ 849,04) , 123 (R\$ 110,50)	1.525,10

Sacado
ANA LUCIA B G CAMPOS X LIDER PROC 00107589620198180001 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		04/10/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
04/10/2019	2564191	00107589620198180001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PI	Juizado Especial Cível	RÉU	1525,10	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS		FISÍCA	45389640349	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
AC1D09B37B686B99				
CÓDIGO DE BARRAS				
00190.00009 03088.125004 01306.157171 1 80590000152510				